O mercado de alimentos industrializados está em pé de guerra. As indústrias têm investido pesadamente em ações de *marketing* para conquistar a preferência do consumidor.

Mas o setor produtivo também passa por importantes transformações. Um exemplo é a revolução que ocorre hoje no setor de leite, onde a cada dia surgem novos investimentos em modernização feitos pelas grandes multinacionais atuantes no país, como a Parmalat e a Nestlé, e também pelas empresas nacionais que não querem desatualizar-se tecnologicamente, como a Itambé. Do lado da produção, a maior novidade é a coleta a granel do leite, que substitui os antigos latões por modernos sistemas de resfriamento.

O setor produtivo também mudou. No setor de leite, a cada dia surgem novos investimentos em modernização feitos por multinacionais atuantes no país, como a Parmalat e a Nestlé, e também pelas empresas nacionais que não querem desatualizar-se tecnologicamente, como a Itambé.

Pelo lado do produto final, por sua vez, a acirrada competição entre as empresas está provocando importantes mudanças no mercado de derivados. Um exemplo é a perda de *market share* da Nestlé, líder tradicional no segmento de leite condensado e creme de leite, para marcas de outras empresas, como a Glória, do grupo Fleischmann, e também para a Parmalat, que detém uma posição ainda incipiente mas está avançando no mercado. São sinais de mudanças estruturais no conjunto.

Competição e queda no faturamento

A conjugação de preços livres com acirramento de concorrência levou o setor a rever para baixo as estimativas mais otimistas de faturamento para 1997.

A guerra de preços travada entre as empresas diminuiu o faturamento do conjunto, segundo a Abia (Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação), mas a mesma entidade afirma que as vendas físicas cresceram.

O faturamento em 1997 alcançou algo em torno de US$67,8 bilhões, o que significa 2,9% a menos em relação ao de 1996. A queda no faturamento reflete um mercado ofertado e competitivo.

Já o aumento das vendas físicas foi interpretado pelas empresas como resultado do esforço de compensação à forte concorrência. Além da exploração dos produtos de maior valor agregado, houve direcionamento de produtos específicos a canais de distribuição promissores como *fast-food* e exportação.

Os setores que melhor se saíram em 1997, em termos de vendas físicas, foram pães e bolos, conservas vegetais e sucos, cereais, café e açúcar. Os setores de desidratados e supergelados, além dos ovos de Páscoa, tiveram desempenho considerado excepcional.

No conjunto a utilização da capacidade instalada em 1997 foi um pouco menor que a do ano anterior. A indústria ocupou cerca de 77% de sua capacidade instalada, 2% a menos que em 1996.

O cenário de grandes incertezas econômicas dificulta a projeção de desempenho em 1998, mas, em linhas gerais, o mercado consumidor deverá permanecer inibido, dificultando o desempenho das empresas.

E-mail: elileite@fgv.br

O SETOR TÊXTIL EM 1997

Atrás do prejuízo

Daniela de Paula Rocha

Com a abertura comercial, o setor se viu pressionado a modernizar-se para tornar-se competitivo.



A balança comercial de produtos têxteis apresentou déficit nos últimos três anos. Em 1995, o valor ficou em torno de US$845 milhões, passando para aproximadamente US$1,01 bilhão em 1996. No ano passado, o déficit foi de cerca de US$1,15 bilhão.

A abertura comercial foi a grande responsável por esses déficits continuados. A partir de 1990, as exportações mantiveram-se relativamente constantes. Em compensação, as importações cresceram de forma insustentável.

Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), as importações, US$463 milhões em 1990, elevaram-se para aproximadamente US$2,4 bilhões em 1997. A pressão maior ficou com as fibras têxteis, as grandes vilãs da balança comercial de produtos têxteis – destacando-se o algodão, com alta participação nos custos de produção. De um total de cerca de US$958 milhões de fibras importadas em 1997, aproximadamente US$817 milhões corresponderam ao algodão.

Pesaram mais no aumento abrupto das importações de algodão a diminuição das alíquotas de importação (0% em 1990); o prazo de financiamento do algodão importado, bem mais compensador que o produzido internamente, e os subsídios concedidos ao algodão por parte de alguns países.

O setor têxtil viveu um dilema. Por um lado, com a abertura comercial, o setor se viu pressionado a modernizar-se para tornar-se competitivo, o que implicou uma reestruturação de seu parque industrial, especialmente importação de máquinas e equipamentos. Por outro lado, as vendas internas e externas se mantiveram relativamente constantes.

As chances de expansão das exportações brasileiras de produtos têxteis, especialmente para os EUA, são poucas. Os produtos fabricados no México são os grandes responsáveis por essa situação. Muitas empresas chinesas e até norte-americanas estão se instalando no México, aproveitando as vantagens da mão-de-obra barata e da proximidade com o mercado norte-americano.

As importações, US$463 milhões em 1990, elevaram-se para aproximadamente US$2,4 bilhões em 1997. A pressão maior ficou por parte das fibras têxteis, as grandes vilãs da balança comercial de produtos têxteis – destacando-se o algodão, com alta participação nos custos de produção.

Medidas inócuas

Visando estimular as exportações e restringir as importações, além de incentivar a reestruturação do setor têxtil brasileiro como um todo, o governo lançou a Medida Provisória 1.569, que objetiva diminuir o prazo de financiamento das importações. As importações financiadas com prazos inferiores a 180 dias serão pagas à vista e as que tiverem financiamento de 180 a 360 dias terão que ser pagas seis meses antes do prazo do financiamento. Essa medida, no entanto, não estabeleceu regras para operações com prazos acima de 360 dias, o que no caso do algodão gerou um aumento substancial dessas importações, frustrando o efeito final esperado.

Outros estímulos foram concedidos: o Programa de Apoio ao Setor Têxtil; o Programa de Apoio à Comercialização Brasileira de Algodão; a ampliação dos empréstimos do governo federal (EGF) para beneficiadores e indústrias consumidoras de algodão, a uma taxa de 9,5% ao ano; elevação da tarifa externa comum de 3 para 6% e a eliminação do ICMS nas exportações.

Essas medidas, adotadas com maior intensidade a partir de 1997, não conseguiram reverter tanto quanto se esperava as importações de produtos têxteis. É verdade que houve uma pequena redução da participação do algodão no total das importações de produtos têxteis a partir de 1997 e que essa redução se manteve durante o primeiro semestre deste ano, quando comparado ao do ano passado. Também é verdade que isso se refletiu na diminuição da participação dessas fibras nas importações totais do setor têxtil. Outros produtos têxteis, no entanto – fios, filamentos artificiais e sintéticos, tecidos, confecções e outras manufaturas têxteis –, aumentaram suas importações em 1997 em relação a 1996.

Mudando o rumo

Além dos preços compensadores observados em 1997, as políticas de apoio à produção e à comercialização do algodão nacional conseguiram estimular a ampliação da área cultivada com o produto. Mato Grosso tem se destacado em termos de produtividade. Na safra 1997/98, sua produtividade média de algodão em caroço esteve perto de 2.450kg/ha.

Muitas empresas do setor têxtil estão voltando a se abastecer do algodão nacional. Com isso evitam os riscos das importações e os atrasos na entrega, decorrentes de atrasos nos navios, greves nos portos e dos problemas burocráticos inerentes a todo processo de importação.

A melhor qualidade do algodão produzido internamente, especialmente no Mato Grosso, está gerando expectativas por parte dos empresários ligados ao setor, que acreditam que em aproximadamente três anos o Mato Grosso, parte do estado da Bahia e Goiás serão responsáveis por quase todo o abastecimento de algodão no setor têxtil nacional.

E-mail: daniela@fgv.br

Em novembro venha tomar um cafezinho com a gente.

AGROANALYSIS
A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV

Edição especial de café